

**BENGUELA E SEUS DISTRITOS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULO
XVIII)**

Aluno: Caroline de Souza Pontes [1]
Orientador: Roberto Guedes Ferreira [2]

[1]. Aluna de Graduação do Curso de Licenciatura em História: Departamento de História e Economia, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
[2]. Professor do Departamento de História e Economia / IM- UFRural- RJ

carolinepontes@oi.com.br

Introdução

O trabalho analisa a construção e a representação de hierarquias sociais em presídios portugueses no continente africano. A escolha por Benguela e seus distritos se deve a seu papel administrativo e comercial no período dado. Localizado ao sul da região do Congo-Angola, em 1778 torna-se capitania independente do reino de Angola, subordinada diretamente a Lisboa. Ressaltando o papel do comércio de escravos, o estudo analisa hierarquias construídas ao longo e pelo impacto do tráfico atlântico de cativos, visto que foi necessária uma remodelação das relações sociais existentes. Assim, busca-se entender as hierarquias moldadas por diferentes agentes sociais em sociedades de Antigo Regime português na África, em especial, as etárias, de gênero, cor, militar, etc. O objetivo é mapear quais estratégias tais agentes sociais utilizaram para se inserirem no denominado Império Português de Antigo Regime, visto que tem como traço característico uma forte hierarquização baseada na desigualdade. De certo, a coroa como cabeça, e assim, a parte mais sensível do império, fazia-se impor através de seus representantes administrativos, como o governador e os capitães-mores por meio de mandados, ofícios, etc. Mas a realidade de sociedades locais africanas já estavam dadas, e foi necessária uma apropriação dessas hierarquias para a manutenção dos interesses régios, e para absorção necessária das tensões cotidianas.

Material e Métodos

Para tal fim, baseio-me nas Notícias de Benguela e seus distritos, de 1798. Fruto posterior, mas resultante, do contexto da administração pombalina, o livro informa sobre conquistas portuguesas em África, incluindo nomes de chefes locais africanos, de moradores de presídios que se deslocam entre os distritos, de formas de habitação, a delimitação de fronteiras, além da administração militar e eclesiástica. Esta documentação ficava sob a incumbência do governador, que designava um oficial responsável pelo censo de cada província, que no caso de Benguela eram sete. Ao analisarmos os registros, são confrontados dois fatos: o primeiro é a dificuldade de acesso aos sertões de Benguela, pois os oficiais não davam conta de produzir estimativas de todos os povos, mesmo com o auxílio dos mais experientes comerciantes de escravos, marfim e cera do interior, além de chefes locais não deixarem seus povos serem contados "...pelo agouro q' nisso tem". O segundo fato é a ausência de um regimento governativo para a Capitania que designasse critérios para a contagem populacional, e que satisfizesse à coroa com informações sobre seus negócios. Em 1796, chegou-se a emitir um regimento pelo Conselho Ultramarino, mas este foi revogado em 1797 pelo Governador de Angola, que argumentou não ter sido feito de acordo com parâmetros correspondentes à realidade da Capitania. Na verdade, tais informações, que em um primeiro olhar seriam entraves à análise proposta, tornam-se um auxílio possibilitando as críticas internas e externas ao documento, já que por se tratar de uma documentação oficial ficaríamos restritos a uma visão unilateral de vivências nas conquistas, onde a prioridade seria os parâmetros colocados pela coroa, e que não corresponderiam à situação real das províncias africanas no Império Português. Esses dados, portanto, abrem margem para uma maior aproximação entre a disposição documental (a forma e critérios escolhidos para a contagem), que preserva traços de Antigo Regime, com a realidade africana em âmbito local.

Para a compreensão destas sociedades, apela-se aos recursos da análise quantitativa, observando a frequência de determinados status sociais em vários contextos, e como eles formam corpos hierárquicos legítimos de sociedades do Antigo Regime.

Resultados e Discussão

No presente momento, observa-se uma fluidez na hierarquia do espaço social, que abre possibilidades para diversas formas de prestígio social. Tomando como exemplo o censo populacional da Cidade de São Felipe de Benguela, uma das províncias da Capitania próxima ao porto onde se realizava o comércio de escravos, verifica-se 59 moradores ao sul da cidade, sendo 24 brancos, 17 pretos, e 15 mulatos, com ausência de pardos. Entendendo ser a cor uma categoria social, e uma das formas de hierarquização social corroborada pela escravidão, a maioria branca representaria uma parcela significativa dessa elite local, no entanto, deve-se atentar para o fato de que se todos esses moradores estão arrolados no censo régio, de alguma forma eles satisfaziam parâmetros locais de representatividade social. Tais critérios estavam na cor, pois elas são mencionadas, e também para além da afirmação dela. No caso dos 17 pretos, 16 eram homens e uma era mulher, dentre os homens pretos, 9 eram oficiais da milícia dos Henriques, o que revela a patente militar como também uma forma de inserção social, particularmente esta, que possuía um status diferente das tropas regulares, primeiro por ser milícia, o que propõe uma distinção social, e segundo por ter sido utilizada em diversos empreendimentos no contexto da expansão do Império Português. O preto Matheus Francisco de Souza, além de ser Capitão dos Henriques, era o segundo maior proprietário de escravos da banda sul da cidade com 35 cativos, e era também negociante, ou seja, estava envolvido na rede do tráfico de escravos. O caso do capitão revela-se uma trajetória de ascensão social, pois a partir dos serviços prestados à coroa servindo na milícia, ele pode também adentrar no comércio volumoso de cativos, que era mais rentável, e ficava restringido à maioria dos brancos da cidade, além de ter-lhe possibilitado angariar uma grande quantidade de cativos, ficando atrás em número de cativos somente da mulata Dona Joana Gomes, que era viúva e tinha 50 escravos. Na cidade de São Felipe é possível também identificar formas de distinção social em escala micro, pois na banda sul da cidade encontra-se frequentemente a referência de cor mulato, como acima foi exposto. Já na banda norte da cidade menciona-se todas as outras categorias como branco e preto, mas há ausência da designação mulato, e uma maior menção a pardos, e vice-versa. A hipótese levantada é que essas duas formas de designação seriam equivalentes, podendo diferenciar-se por apenas fazerem parte de um

vocabulário social costumeiro distinto. No entanto, esta é uma hipótese que precisa ser avaliada mais de perto.

Conclusão

Assim, busca-se entender a hierarquias moldadas por diferentes agentes sociais em sociedades de Antigo Regime português na África, em especial, as etárias, de gênero, cor, militar, etc. Portanto, o intuito é entender dinâmicas sociais de sociedades africanas não somente a partir das demandas exteriores, reduzindo sua função a meros entrepostos comerciais de escravos e à sustentação de outras colônias, mas de posicioná-las no império português no Atlântico Sul. Para a compreensão deste império em nível local.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Pascoal Leite. *Administração Colonial no Congo, em Angola e em Benguela*. Volume II. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2006.
- COUTO, Carlos. *Regimento de Governo Subalterno de Benguela in Studia*, Volume 45, Lisboa: Janeiro/Junho-1981.
- CURTO, José C. *Álcool e Escravos*. Vulgata. Lisboa. 2002
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel; BARRETO, Ângela Xavier. *A Representação da Sociedade e do Poder in História de Portugal. O Antigo Regime*, 4º volume (dir. José Mattoso), coord. António M. Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 113-140
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002
- MONTEIRO, Nuno G. *Elites Locais e Mobilidade Social em Portugal nos Finais do Antigo Regime in Análise Social*, Volume XXXII, 1997 (2º), pp. 335-368.
- PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514